

A REINVENÇÃO DA EUROPA A PARTIR DA COLONIALIDADE DA AMÉRICA

THE REINVENTION OF EUROPE FROM THE COLONIALITY OF AMERICA

Gecilene da Silva Oliveira 1
Euza Maria Pereira da Silva 2
Leila Dias Pereira do Amaral 3

Graduada em História pela UFT, especialista em História da África – 1
UFT. Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação, Sociedade e
Violência da Unitins. E-mail: gecileneimoveis@gmail.com

Graduada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Acadêmica 2
do Programa de Pós-Graduação em Educação, Sociedade e Violência da
Unitins. E-mail: euzamariadasilva@gmail.com

Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia pela 3
Universidade Federal de Goiás-UFG e Doutora em Sociologia pela Universidade
de Brasília - UnB. Como pesquisadora, desenvolve estudos na área de
Sociologia da Cultura, mais especificamente, análise sociológica a partir
de obras literárias - mestrado - e a relação entre cultura e consumo dos
bens culturais de natureza intangível do patrimônio cultural - doutorado.
Desenvolveu trabalhos em diversas universidades, tanto na área de ensino
presencial e ensino à distância, quanto em áreas administrativas, atuando
como diretora de extensão, membro de comissão de avaliação e membro de
comitê científico. Concluiu em janeiro de 2016 a pesquisa pós-doutoral em
colaboração com a Universidade da Beira Interior - UBI - Covilhã - Portugal,
com ênfase em: direito à cultura e cidadania, educação patrimonial e políticas
para preservação do patrimônio cultural brasileiro e português. Atualmente,
atua na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins como coordenadora do
núcleo de estudos em direitos humanos e é membro da coordenação de
programas e projetos culturais da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e assuntos
comunitários. E-mail: leila.dp@unitins.br

Resumo: O presente artigo tem como intuito apresentar a obra *A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina* do cientista social Aníbal Quijano, que nos conduz a uma discussão sobre a colonialidade como elemento constituído sob a esfera capitalista, concedendo aos países europeus um novo padrão mundial de dominação, revelando, assim, um legado de injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo: o exclusivismo metropolitano como marca da economia europeia para todas as colônias americanas, acentuando a imposição do modelo de capitalismo europeu no mundo; o processo de modernidade e colonialidade que sustentam as relações de poder eurocentristas iniciadas a partir da conquista da América e impostas a toda população mundial. Quijano apresenta importantes colocações, dentre elas, a imposição da ideia de raça como instrumento de dominação e a construção do Estado-nação baseada no modelo eurocêntrico.

Palavras-chave: Colonialidade do Poder. Eurocentrismo. Capitalismo.

Abstract: This article aims to discuss the work *Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America* by the social scientist Aníbal Quijano, who conducts an analysis of coloniality as a constituent element on the capitalist sphere giving the European countries a new world standard of domination. Revealing a legacy of deep-seated injustices of colonialism and imperialism: the metropolitan exclusivism as a mark of the European economy for all the American colonies, accentuating the imposition of the model of European capitalism in the world; the process of Modernity / Coloniality that underpin the Eurocentric relations of power starts from the conquest of America, being imposed on the entire world population. Quijano presents important positions, among them the imposition of the idea of race as an instrument of domination and nation-state building based on the Eurocentric model.

Keywords: Coloniality of Power. Eurocentrism. Capitalism.

Introdução

A reflexão apresentada decorre dos debates ocorridos na Pós-Graduação Educação, Sociedade e Violência com o tema “Modernidade Decolonialidade”, em particular sobre a análise do livro *A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*, de Aníbal Quijano. O objetivo é destacar conceitos abordados por Quijano (2005) que venham integrar elementos históricos comuns a todos os povos colonizados da América, bem como os traficados da África, em que os europeus estruturaram as relações de poder da atualidade e a consolidação do capitalismo. Os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e (re)situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a civilização europeia (MIGNOLO e PINTO, 1995, BLAUT, 1993; LANDER, 1997, 2015, p. 121). Foram os europeus que impuseram uma nova face aos povos colonizados, em relação a seus costumes e crenças, buscando a confluência de todo seu percurso histórico diante dos outros povos.

Para Quijano (2005), na América, as diferenças entre conquistadores e conquistados por meio da ideia de raça, que fixava a uns a situação natural de inferioridade em relação aos outros, tornaram-se um dos pilares da dominação eurocêntrica no mundo.

A globalização, por exemplo, é uma derivação do padrão de poder mundial, padrão esse que tem em seu eixo principal a classificação social, que foi difundida através da ideia de raça, utilizada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 117). A globalização trouxe a rápida integração entre diferentes partes do mundo. Por outro lado, acentuou as diferenças entre comunidades, diferenças essas calcadas na classificação social.

O processo de colonização europeia no início da Era Moderna foi um importante alicerce para o modelo de industrialização da Europa. O estabelecimento de abertura de mercados consumidores para os manufaturados europeus, como a exploração de matéria-prima vinda das colônias através da exploração do trabalho escravo, acarretou lucros sem precedentes na história do Velho Continente. Desta forma, os europeus obtiveram recursos suficientes para, no século XVII, investirem na Revolução Industrial, posto que o capital investido nas indústrias europeias foi oriundo principalmente dos lucros das atividades mercantis.

Enquanto a pós-revolução Industrial, diz respeito a uma “relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação que, assim se constitui em um império”, a primeira fase da revolução industrial revelou um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno estruturado “através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça”, (TORRES, 2007, p. 131). Esse padrão surgiu em confronto com outros povos, tendo no capitalismo um agente disseminador de poder econômico e político.

É importante ressaltar que a modernidade e a colonialidade na Europa situam-se no centro da narrativa histórica em sobreposição aos diferentes povos americanos e africanos, na perspectiva eurocêntrica, como modelo de classificação universal da população mundial. Sobre a modernidade da Europa Dussel (2005) diz:

Entende-se que a Modernidade da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua centralidade na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua periferia, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a universalidade-mundialidade. O Eurocentrismo da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como centro. (DUSSEL, 2005, p. 28).

Essa influência política, econômica, social, cultural, exercida pela Europa sobre outras áreas geopolíticas, o europeísmo, trouxe a ideia de utopia de hegemonia do mundo, ou seja, a hegemonização da história europeia, ou seja, do “relato europeu sobre a história, e a consequente periferização ou marginalização das histórias locais colonizadas, como importante instrumento para o projeto da modernidade, reafirmando sua pretensão universalista” (MIGNOLO, 2003, p.4). Pretensão essa de grande importância para a concretização da globalidade, engessando as histórias

locais.

Aníbal Quijano (2005) em *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina* dá ênfase à racialidade como forma de classificação e dominação dos Povos Americanos e Africanos. O Eurocentrismo, difundido pelos europeus como uma perspectiva elaborada no processo de eurocentralização, como padrão de poder moderno e capitalista, foi imposto a todos os povos como a única racionalidade cultural, política e econômica a ser seguida e legitimada.

Se poder é definido como “um espaço e uma malha de relações sociais de exploração/ dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle do ‘trabalho e seus produtos’, da ‘natureza’, do ‘sexo’, da ‘subjetividade’, e da ‘autoridade’” (QUIJANO, 2014b, p. 289), a colonialidade do poder implica a articulação dessa malha “em torno da ideia de raça” (QUIJANO, 2002, p. 13). Alguns povos são vistos como possuindo características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante.

É nesse sentido que esse estudo pretende elucidar e perceber os elementos históricos comuns a todos os povos colonizados da América, bem como os traficados da África, em que os europeus estruturaram suas relações de poder. Valores e estruturas aplicados a ambos os povos tornaram essenciais para consolidação do capitalismo da sociedade moderna.

Colonialidade do poder

A noção de colonialidade do poder é um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça.

Essa ideia ou classificação de raças hostilizadas originou-se há mais de 500 anos, com o descobrimento da América e a consolidação do Capitalismo e da Modernidade europeia. Desde então, convencionou-se essa imposição de uma dominação europeia no mundo em todas as esferas: social, econômica, política e cultural.

Segundo Quijano (2005), o engajamento do conceito de raça se evidencia, neste contexto, pois o eixo fundamental de tal padrão de poder é a classificação social da população do mundo de acordo com a ideia de raça, fato que implica em um elemento de colonialidade. O conceito de raça torna-se relevante perante o contexto de poder e de detenção do mesmo, de modo a outorgar legitimidade à imposição colonial de raças “superiores” sobre “inferiores”, objetivadas pelos europeus frente a todos os povos colonizados, tanto na América quanto no restante do mundo.

Deste modo, ampliando a perspectiva eurocêntrica sobre a ideia de raça e elaborando a dicotomia entre superioridade e inferioridade, a diferenciação racial se mostrou o mais eficaz meio universal de dominação social (QUIJANO, 2005, p. 2), estendida a todos os campos: desde ao controle do trabalho, até a imposição quanto aos aspectos culturais, como por exemplo, noções de conhecimento, fato visto no despreço com a riqueza cultural dos povos que aqui estavam.

O colonizador veio em busca de riquezas, e submeter esses povos e reduzi-los à escravidão, ignorar seu desenvolvimento cultural, classificando-os como raça inferior, fortaleceu o seu domínio. A classificação das raças estruturou, portanto, o poder do capitalismo mundial, imputou aos negros a exploração escrava e aos brancos, descendentes espanhóis e portugueses, a relação de trabalho assalariado e outros privilégios.

Em contrapartida a esse modelo de classificação realizada pelos colonizadores como forma de dominação social e econômica, as ideias do iluminismo, tão difundidas na Europa, como liberdade, igualdade e justiça, não alcançavam os povos colonizados, classificados como raças inferiores, entre eles os escravos traficados de África.

Na projeção iluminista estava o homem moderno, centrado no poder da razão. Contudo, a modernidade, no discurso do poder colonial, se referia à Europa colonizadora, frente às regiões colonizadas, que remetiam ao passado da humanidade, ao atraso. Assim, o branco europeu se colocava no lugar de regente frente ao desenvolvimento do conhecimento, ocupando um lugar de privilégio epistêmico (SHILLIAM, 2013).

Desta forma, paradoxalmente, caminham juntas, segundo Quijano (2005), as noções de evolucionismo e dualismo. Como pode algo que é considerado o estágio passado da Europa, ser também o antônimo, o outro, da mesma? Dentro deste paradoxo, os povos da América, Ásia e África foram reduzidos a uma identidade colonial inferiorizada. Esta percepção não apenas fez elucidar a outra face deste espelho (a Europa moderna e civilizada), mas também a concepção de

que o poder colonial afastou os povos colonizados de suas singularidades e de sua participação na produção cultural histórica.

Com toda supremacia europeia e domínio dos povos americanos, a conquista foi facilitada pela falta de alianças entre esses povos, o que possibilitou ao colonizador estabelecer alianças com alguns nativos, até mesmo em relação às doenças trazidas pelos colonizadores, quanto pelos maus tratos e todo processo de aculturação. Imagine-se na atualidade, em que níveis se dá esse processo. De acordo com Mignolo (2010):

Em meio ao feitiço do neoliberalismo e a magia dos meios de comunicação que o promovem, a modernidade e a modernização, junto com a democracia se vendem como um pacote de viagem à terra prometida da felicidade, um paraíso onde, por exemplo, quando você já não pode adquirir a terra, porque a terra é limitada e não produzível, ou está monopolizada por quem tem o controle e a concentração da riqueza, pode comprar a terra virtual. (MIGNOLO, 2010, p. 9).

Os meios de comunicação foram e ainda são muito eficazes para influenciar pessoas no que diz respeito à tomada de decisões, quanto ao consumo e ao poder, trazendo com isso a existência de indivíduos sem percepção do seu papel atuante na manutenção da rede de poder.

Dessa forma, a modernidade constituída após alguns acontecimentos na era das revoluções, tais como a Reforma, a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa promoveu princípios de subjetividade na modernidade, como igualdade e liberdade.

Porém, essa mesma modernidade europeia que, associada ao capitalismo e ao sistema colonial, promoveu a civilização do Novo Mundo, por meio de modelos de subalternização, apresentando outro lado da modernidade, uma fase do capitalismo marcada pelo menosprezo pelas vidas humanas, classificadas por raças no novo modelo de desenvolvimento econômico gestado pela Europa. Assim se define bem o processo de ocupação das Américas.

Colonialidade do poder como meio de consolidação do capitalismo

O processo de expansão iniciado no século XV com as Grandes Navegações e consolidado entre os séculos XVI a XIX, mais especificamente nos anos de 1450 e 1850, caracteriza o capitalismo mercantil e comercial, fase definida como período que estabelece novas rotas marítimas e a descoberta do Novo Mundo.

Antes da descoberta da América em 1492, dividia-se o mundo em três continentes: África, Ásia e Europa. Nenhuma outra cosmologia entre as demais civilizações daquele período histórico, como a Chinesa, a Indiana, a Inca, a Japonesa ou a Árabe-Islâmica, regionalizava o mundo desta maneira. Apenas os cristãos do ocidente partilhavam desse imaginário, uma visão tripartida do mundo expressa no mapa cristão do T em O e referenciada nos três filhos de Noé: Ásia representando Sem; África, Cam e; Europa, Jafé (MIGNOLO, 2003; 2007, p.51).

É neste cenário que o capitalismo estabelece suas novas estruturas de controle social e econômico sob a hegemonia europeia em todo mundo. Através da constituição histórica da América, as formas de controle e de exploração de trabalho são estabelecidas em torno da relação capital-salário.

A forma de controle de trabalho esteve articulada com uma raça particular. Aos negros a escravidão; aos portugueses, espanhóis e a seus descendentes, pagamento de salários. A Europa com seu modelo capitalista designa um controle da subjetividade, da cultura, em especial de conhecimento, da produção do conhecimento de forma bem sucedida, como já discutido anteriormente.

A colonialidade trouxe à Europa vantagens no comércio internacional: a exploração dos recursos naturais, possibilitando um intercâmbio de mercadorias com os países do oriente. Esse protagonismo europeu gerou uma nova identidade Geo-Cultural para o capitalismo mundial. Nesse novo movimento histórico, produzia-se também o deslocamento de hegemonia da costa do mediterrâneo e da costa ibérica para o Atlântico Norte-Occidental. Tudo isso ao custo de um vasto genocídio, escravidão da raça negra, violência, enfermidades aos povos americanos, em nome do

novo padrão mundial de poder, o Eurocentrismo.

É importante ressaltar que o questionamento a ser feito não é saber se foram os espanhóis, franceses, portugueses ou holandeses, os mais devastadores com os povos que aqui viviam e sim compreender que o mal estava em todo o processo que a dominação utilizava para segmentar o controle e a imposição do dominador sobre o dominado.

O Capitalismo e a Modernidade dentro do contexto de modernização e desenvolvimento comercial do processo de colonização da América apresentam como uma forma de dominação e expansão comercial desumana, levando a um genocídio¹ nas Américas.

É com a invenção eurocêntrica da América, portanto, que surge o conceito de raça; maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista e estabelecer o controle europeu sobre todas as formas de subjetividade, cultura, e produção do conhecimento (QUIJANO, 2005). Isto vem a consolidar o capitalismo e formalizando a exploração de trabalho, segmentada com exploração de raça. Foi somente a partir da construção da América que o capital transformou-se no modo de produção dominante.

As atividades do capitalismo de fato existiam bem antes da descoberta da América, no entanto o capitalismo como sistema, relação de produção, isto é heterogenia de todas as formas mais variadas de controle, trabalho e de seus produtos sob domínio que são conhecidas pela sociedade atual intensificaram-se após a exploração das Américas.

Assim o capital torna-se o eixo central do capitalismo. Quijano (2000, p. 119) recorda que, desde este novo momento de exploração, foram criadas novas identidades históricas e sociais: amarelos e azeitonados (ou oliváceos), somando-se a brancos, a índios, a negros e a mestiços. E, igualmente, na América, também foram sujeitadas a uma distribuição “racial” do trabalho.

Seguindo essa linha, a nova identidade de classificação de raças superiores e inferiores segmentou a sociedade na nova estrutura global de controle do trabalho no sistema capitalista. A divisão do trabalho foi estruturalmente associada à classificação de raças, passando a ser um princípio estruturante na política de exploração capitalista.

O capitalismo baseia-se historicamente no controle do trabalho, escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e salário. As formas de controle se articulam como uma estrutura conjunta em torno do predomínio da forma de salário, chamada capital, para produzir mercadorias para o mercado mundial. Dussel (1993) atenta que,

A partir da transformação da Europa como centro do mundo; encarregada exclusivamente da modernidade; segue-se a lógica de que o outro (povos conquistados) é negado e obrigado a seguir um processo de modernização (que não é o mesmo que modernidade) (DUSSEL, 1993, p.33).

Dessa forma, inicialmente não se vê o outro, mas sim a projeção do si mesmo, ou, nas palavras do autor, “o encobrimento do ‘outro’” (DUSSEL, 1993, p. 33). Se o colonialismo americano no século XVI trouxe a consolidação das práticas capitalistas para o mundo, junto com todas as mazelas sofridas pelos povos americanos, no continente africano na metade do século XIX, a África era colonizada e explorada pelas nações europeias, principalmente Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Alemanha. Período que ficou conhecido como Neocolonialismo, vindo a reforçar a consolidação através da expansão e da dominação colonial branca europeia sobre as diversas populações mundiais.

Da mesma forma que a colonialidade representou a consolidação do capitalismo, o neocolonialismo representou uma ocupação efetiva, desdobrando-se em ações políticas e militares em prol da expansão capitalista, visando, sobretudo abastecer as indústrias europeias de matérias-primas e mercados consumidores.

A história evidencia as mudanças históricas do capitalismo que se expandiu, remodelou-se, consolidando desde o colonialismo ao imperialismo, trazendo consigo os traços de suas referências

¹ Genocídio: O termo genocídio foi cunhado pelo jurista polonês RAPHAËL LEMKIN, na sua obra “Axiesrules in occupiedeuropa”, publicada nos Estados Unidos em 1944. Vem da união dos termos gregos “geno” (tribo, raça) e “cide” (caedere, matar). (<https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/viewFile/179/pdf>, acessado em 03/02/2019).

motrizes e consolidando esse padrão de poder global hegemônico e eurocêntrico. A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está distante de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ela se reconfigura, como as formas de controle do trabalho.

Eurocentrismo: Estado Nação

A história da formação do Estado-nação é relativamente recente. São organizações características da modernidade. É uma história de grandes lutas políticas para a formação de uma espécie de sociedade individualizada entre as demais que veem seu Estado como um instrumento de defesa de seus próprios interesses.

Trata-se de uma sociedade organizada com instituições modernas de cidadania e democracia política. Em sua face moderna, o Estado-Nação pode ser definido como um tipo de organização política que mantém o monopólio administrativo sobre um território delimitado, “sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência” (GIDDENS, 2008, p.145). Leis essas que obrigam os indivíduos a agirem de acordo com sua regência, tirando, de alguma maneira, a liberdade de forma oculta.

O Estado moderno nasce no norte da Itália, no século XIV, com as Cidades-Estado governadas como repúblicas, quando começa a revolução capitalista. Os Estados-Nação se constituem mais tarde, na França e na Inglaterra, em torno das monarquias absolutas, que se estabelecem na Europa depois da revolução comercial, da emergência de uma burguesia associada ao monarca absoluto, e das lutas fratricidas que se sucederam as Reforma Europeias.

É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos por toda Europa. O Estado-Nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais, ou seja, uma estrutura de poder em imposição a um determinado grupo. Como alicerce de um Estado Nação, está o poder, e esse poder além de ser um dos elementos principais do Estado é também considerado como um produto do mesmo, o poder sempre será a imposição de uns sobre outros, “um espaço de dominação disputado e conquistado” (QUIJANO, 2005, pág. 130). Ao mesmo tempo que não se pode dizer que tem um só dono, é um local de disputa de poder, almejado por muitos e alcançado por poucos.

O processo de formação do Estado na Europa se iniciou com a colonização de grupos políticos sobre comunidades estrangeiras (QUIJANO, 2005, pág. 131). Já na Espanha ocorreu à chamada “limpeza étnica” imposta pela Coroa de Castela e de Aragão que sujeitava os muçulmanos e os judeus a se tornarem cristãos através de um “certificado de limpeza de sangue” (QUIJANO, 2005, pág. 19). Esses fatos ocorreram paralelamente com a colonização na América.

Dentro desse movimento histórico ocorria:

A colonização interna: dentro de um mesmo território acontecia uma dominação de povos com identidades diferentes; a colonização externa: dominação de territórios e de povos que não pertenciam ao espaço interno do colonizador (QUIJANO, 2005, p. 131).

Esse processo que ocorria paralelamente tanto na América, através da imposição da dominação colonial, como na Europa, representa a formação do Estado nação.

Nos casos de nacionalização bem sucedida da sociedade e Estados na Europa, a experiência é comum aos países exitosos. O processo de democratização da sociedade é condição básica para nacionalização da sociedade e sua organização política num Estado-Nação moderno.

Historicamente, observa-se que a formação de um Estado forte não é suficiente para formar em toda uma comunidade de membros diversos e diferentes uma identidade comum e leal. Se faz necessária uma democratização da sociedade para que a nacionalização aconteça (QUIJANO, 2005, p.131). No decorrer do tempo, vemos que o Estado de fato não tem toda essa força que ora alguns disseminam, a sociedade democrática que dá forças para que existam decisões do Estado.

A formação dos novos Estados-Nacionais dos povos americanos está ligada a violência militar que impõe os novos ordenamentos vigentes de transformação mundial, ligados ainda a modelos europeus de formação do Estado Nacional frente a processos revolucionários.

O processo de formação do Estado–Nacional, embora seja parte de um mesmo processo de dominação, têm problemas de origem, sua constituição apresenta características diferentes. Fato esse relatado por Quijano (2010) quando descreve o processo de colonização dos Estados Unidos, que relativamente teve um território de ocupação menor, ficando os indígenas separados em parte do território não colonizado.

Com o estabelecimento de algumas relações de comércio e alianças militares,

[...] os brancos dependiam da dominação das raças inferiores para manterem seus status e privilégios, não tendo entre eles nada em comum quanto ao interesse social e nacional, dessa forma os dominadores mantiveram seus interesses alinhados aos interesses europeus. (QUIJANO, 2005, p. 134).

No caso da colonização do Brasil, sempre existiu a superioridade do homem branco europeu em relação às demais raças, e essas demais raças tiveram que se adequar a essas imposições por um longo período da História. Isso foi naturalmente aceito. Nos dias atuais ainda acontece esse tipo de hierarquia, porém em outros contextos e de outras formas, discutão essa que pode ser feita em outro estudo e em outro artigo.

Considerações Finais

A colonialidade e a modernidade marcam uma narrativa complexa, de origem europeia, que tem como principal objetivo a autopromoção da civilização não só para o ocidente como para o mundo não europeu em geral.

A América proporcionou à Europa um protagonismo sem precedente na história, possibilitando aos europeus uma acumulação de riquezas e concentração de poder através da sistematização e estruturação do capitalismo e da imposição do eurocentrismo, a custo de uma classificação de raça, da divisão social do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos.

Classificou-se a humanidade em seres superiores e inferiores. Essa classificação social realizada pelo colonizador expandiu-se, delimitando a sistematização capitalista sobre os indivíduos, definindo assim sua colocação no mercado.

A modernidade estabeleceu uma nova ordem geopolítica mundial, imposta pelos europeus a partir do contato com a América, e não desenvolvida pela autoemancipação interna europeia.

A modernidade capitalista reduziu à insignificância todo conhecimento e desenvolvimento de notáveis saberes pelos povos dominados, como, por exemplo, os Maias, os Astecas, os Incas, como todos que aqui habitavam. Em *A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*, Aníbal Quijano, convida para uma reflexão sob a perspectiva decolonial, da qual fazem parte alguns intelectuais da América Latina. Enrique Dussel, o semiólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o antropólogo colombiano Aturo Escobar, entre outros que comungam do mesmo anseio, a necessidade de refletir a América Latina despendida do pensamento Eurocêntrico.

É de grande valia discutir sobre a situação das pessoas ditas subalternas. Na atualidade, tem se propagado esse tema do protagonismo dos povos colonizados, ressaltando a importância dos saberes silenciados ao longo do tempo. Se nos privarmos de falar sobre a questão dos subalternos, na sociedade em geral, estamos contribuindo para a manutenção e permanência dos discursos de poder, que são excludentes e perversos com grupos já tão inferiorizados e esquecidos. Nesse sentido, refletir sobre a decolonialidade como uma alternativa epistemológica de compreensão do outro, que é, também, um eu, torna-se fundamental, posto que der voz e vontade àqueles que ficaram à margem da história ocidentalizada, por meio de uma dominação excludente e silenciadora.

Referências

BLAUT, J. M. **The colonizer's model of the World: geographical diffusionism and Eurocentric history**. London: The Guildord Press, 1993.

DISSENHA, Rui Carlo e FREITAS, Ana Eliza de Paula. **A Evolução do Conceito de Genocídio: Uma**

Comparação Histórica à Luz do Direito Penal Internacional. *Iusgentium*, v.11, n.6, p. 99-122– jan / jun– 2015.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** In: Edgardo Lander (org.). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência.** Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2015.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a.

_____. **Para (re) pensar a América Latina: a vertente descolonial de Walter D. Mignolo.** Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica 5 | 2014 Ano III, Número 5. João Victor Sanches da Matta Machado. 2007.

_____. **Colonialidade o lado mais escuro da modernidade.** Tradução de Marco Oliveira Duke University, Durham, NC, EUA. E-mail: wmignolo@duke.edu. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. 2010.

PINTO, Júlio Roberto de Souda e MIGNOLO, Walter D. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, descolonização e opção decolonial.** Dossiê: América como lugar de enunciação. *Civitas*, Porto Alegre, v.15, n 3, p. 381-402, 2015.

QUIJANO, Aníbal. 2000a **“El fantasma del desarrollo en América Latina”** em Revista venezolana de economía y ciencias sociales (Caracas) Nº 2.

_____. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina.** In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 2002.

_____. 2014b **“Modernidad y democracia: intereses y conflictos”** em Anuario Mariateguiano (Lima) Vol. XII, Nº 12. 2014.

Shilliam, Robbie. (2013). **German thought and international relations: rise and fall of a liberal project.** London: Palgrave Macmillan. 2013.

TELES, Daisy Bispo e MORENO, Marta Regina Fernandez y Garcia. **Raça, Poder, Colonialidade do ser: Repensando A Ideia de Raça na Política Externa Brasileira.** Instituto de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/RELDaisy%20Bispo%20Teles.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TORRES, Nelson Maldonado **.Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.** Disponível em: <<http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Recebido em 24 de maio de 2019.

Aceito em 10 de junho de 2019.